

mercado

PAINEL S.A.

Julio Wiziack painelsa@grupofolha.com.br

Janaina Donas A dama do alumínio quer jogar pesado contra os subsídios da China

Janaina Donas é a primeira mulher a presidir a Abal (Associação Brasileira do Alumínio). Além de comandar um setor dominado por homens há cinco décadas, a executiva tem outro desafio: ampliar a participação da exploração do minério sem prejudicar a reciclagem e buscar saída para a competição com a China.

Algumas das maiores mineradoras no Brasil têm mulheres na chefia. O que mudou? Houve um avanço na consolidação de valores ligados à diversidade e equidade, mas o fator determinante é o reconhecimento dos benefícios em termos de performance financeira e operacional. As mulheres não estariam

ocupando esses espaços se não fossem capazes. Apesar disso, o nível de representação feminina nos demais níveis da indústria ainda é baixo.

Mais da metade do alumínio produzido no Brasil é reciclado. Como crescer na extração assim? Projeções apontam para um aumento da demanda global de alumínio na ordem de 40% até 2030 que deverá ser atendida por fonte primária e reciclada. Cerca de 60% do consumo (do alumínio) no Brasil é reciclado. A média mundial gira em torno de 28%.

A disparidade de renda no Brasil, que tem catadores de



Raio-X Formada em relações internacionais (UnICEUB) com MBA em gestão de negócios (Ibmec), trabalhou no Peru e em Miami (EUA) como executiva da Newmont Corporation, líder global em metalurgia e mineração de ouro. Também foi diretora da Alcoa por sete anos antes de se tornar presidente da Abal

latinas como profissão, influencia nisso? Países desenvolvidos disputam com o Brasil a liderança na reciclagem de latas. No Japão, o índice de reciclagem é de 93,5%. Na Europa, ele é de 75,8%. Mas, no Brasil, o alumínio apresenta maior atratividade, inclusive para os catadores, devido ao seu valor econômico e facilidade na coleta.

Por que, mesmo com as maiores reservas, não superamos a China? Essa liderança é resultado da concessão de subsídios cruzados. Essas medidas de fomento fizeram com que a participação do país no alumínio saltasse de 11% para 56% em 20 anos. Os sub-

sídios geraram danos, contribuindo com o processo de desindustrialização [no Brasil].

Defende barreiras? Além do fortalecimento das medidas de defesa comercial, precisamos revisar nossa política tarifária para garantir importações entre nacionais e esportados.

A nova legislação minerária é boa para o alumínio? A mudança na base de cálculo da Compensação Financeira sobre Exploração Mineral, de receita líquida para receita bruta, onerou todas as mineradoras. Houve tratamento diferenciado para diversas classes minerais, mas a bauxita [minério do alumínio] foi excluída.



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro Fernando Haddad (Fazenda), em evento no Palácio do Planalto

13º do INSS pode cair em maio e junho para estimular economia

BRASÍLIA O governo avalia antecipar o calendário de pagamentos do 13º de aposentados e pensionistas do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social). A medida faz parte de um conjunto de alternativas sendo estudadas para estimular a economia após o crescimento estagnar no segundo semestre do ano passado.

A ideia é fazer os pagamentos, normalmente previstos para o segundo semestre de cada ano (em agosto e novembro), em maio e junho. O martelo ainda não foi batido, mas a simples possibilidade de injeção de recursos já animou os aposentados e o comércio.

A antecipação dos valores do INSS tem sido uma opção recorrente do Executivo nos últimos anos por causa da popularidade da medida e do efeito dela na atividade. O então presidente Jair Bolsonaro (PL) optou pela medida nos últimos três anos de sua gestão.

Em 2023, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) também adotou a iniciativa. Foram antecipados R\$ 62 bilhões para 30 milhões de pessoas com direito a aposentadorias, pensão por morte, auxílio por incapacidade temporária, auxílio-acidente ou auxílio-reclusão. São Paulo foi o estado que recebeu o maior repasse (R\$ 17,7 bilhões). Na sequência, apareceram Minas Gerais (R\$ 6,9 bilhões), Rio de Janeiro (R\$ 6 bilhões), Rio Grande do Sul (R\$ 5,5 bilhões), Paraná (R\$ 3,67 bilhões) e Bahia (R\$ 3,6 bilhões).

A iniciativa se somaria a outra tomada recentemente pelo governo, a antecipação dos precatórios pagos em 2024. Foi feito em fevereiro o pagamento de R\$ 30 bilhões devidos a empresas e pessoas físicas após sentença definitiva da Justiça — pelo cronograma, os valores só seriam depositados em julho.

Além disso, foram pagos neste ano R\$ 93 bilhões de precatórios atrasados. Os valores haviam sido postergados pelo então presidente Bolsonaro, que havia manobrado para abrir espaço orçamentário às vésperas das eleições para outros gastos — como um maior Auxílio Brasil (o Bolsa Família).

Outra ideia cogitada é a liberação de uma parcela de 5% dos recursos da poupança, hoje parada em depósitos compulsórios no BC e que poderia injetar cerca de R\$ 20 bilhões na capacidade da Caixa de financiar a compra da casa própria.

Governo empurra mudança na meta fiscal para 2º semestre

Equipe econômica espera queda maior no juro; Congresso põe estratégia em risco

Idiana Tomazelli e Julia Chaib

BRASÍLIA O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) quer usar os ganhos de arrecadação no começo de 2024 para empurrar a discussão sobre eventual mudança na meta fiscal para o segundo semestre deste ano.

O objetivo central da estratégia é garantir um ambiente propício para que o Banco Central continue correndo a taxa básica de juros, a Selic, hoje em 11,25% ao ano. A equipe econômica considera ideal ter ao menos três reduções adicionais de 0,5 ponto percentual cada uma, nas reuniões de março, maio e junho do Copom (Comitê de Política Monetária).

O foco do governo, segundo interlocutores, é "dar um sinal fiscal mais forte" para que a Selic volte a um dígito pela primeira vez desde fevereiro de 2022. Flexibilizar o alvo da política fiscal antes do relatório bimestral de julho poderia abortar o processo e fazer com que a Selic estacione em patamar mais elevado.

O BC já transmitiu, em mais de uma ocasião, a mensagem de que é importante o governo perseverar na

busca pelo déficit zero, embora diga que não há relação mecânica entre o quadro fiscal e a decisão sobre os juros.

O plano de adiar o debate sobre a meta, porém, tem riscos políticos. Em um cenário de frustração de receitas, o envio tardio do projeto de lei para flexibilizá-la tende a encontrar um Congresso já esvaziado pelas eleições municipais.

Para conseguir a aprovação célere de um texto do governo, só em caso de acordo prévio, pontuam parlamentares. Sem aval do Legislativo, a equipe econômica continuaria na obrigação de perseguir o déficit zero e implementar contingenciamentos bilionários em caso de frustração de receitas, já que o simples envio da proposta não é salvo-conduto para afrouxar os gastos.

Além disso, a cúpula do Congresso pressiona o governo a resolver o impasse em torno dos R\$ 5,6 bilhões em emendas de comissão que foram vetadas pelo presidente, para dar lugar a despesas do próprio Executivo com políticas como Auxílio Gás e Farmácia Popular.

Como mostrou a Folha, integrantes do governo entram em campo para convencer os congressistas a aguar-

darem até o final de março, quando sai o primeiro relatório de avaliação do Orçamento, para ter uma posição mais clara sobre a possibilidade de repor o dinheiro das emendas.

Segundo o interlocutor, Arthur Lira (PP-AL), sinalizou concordância com o pedido, mas tem feito pressão para que a questão seja resolvida até o início de abril.

Os parlamentares têm urgência em recompor as verbas para conseguir iniciar o processo de execução das despesas antes do período eleitoral, quando há restrições à assinatura de novos convênios. Viabilizar esses instrumentos é visto como algo prioritário pelos congressistas para assegurar o envio de dinheiro a seus reitores em ano de disputas locais.

Também está no radar o risco de acirramento nas mobilizações de servidores, pressionando o Executivo a arranjar verba para conceder reajustes.

Para sanar esses problemas, o governo conta com a possibilidade de abrir um crédito adicional de cerca de R\$ 16 bilhões no relatório de avaliação de maio, graças a uma regra especial válida em 2024 aprovada no novo arcabouço fiscal. O dispositivo permite ao

Executivo elevar suas despesas para alcançar a expansão real máxima de 2,5% autorizada pela regra do arcabouço (hoje, o Orçamento aprovado contempla uma correção de 17% acima da inflação).

Para isso, a reavaliação bimestral de maio precisa indicar um aumento na arrecadação de pelo menos 3,6% acima da inflação neste ano em relação a 2023 — o que deve ser alcançado mesmo que o governo reconheça frustração de receitas.

O problema é que há um entendimento de que o crédito só pode ser usado se o saldo entre receitas e despesas estiver dentro da margem de tolerância da meta fiscal, que permite um déficit de até R\$ 29 bilhões sem necessidade de bloquear recursos.

Com arrecadação menor e gasto maior, a flexibilização da meta já em maio poderia ser necessária para desatrar o uso do crédito adicional.

Técnicos experientes ponderam que, mesmo que a revisão do alvo da política fiscal ocorra no fim de maio, o risco da demora na votação permanece. Parlamentares já estarão envolvidos nas negociações políticas que antecedem as

convenções partidárias, que a partir de 20 de julho vão deliberar sobre coligações e indicar seus candidatos.

No ano passado, mesmo sem eleições, o Congresso realizou apenas sete sessões conjuntas, três delas no mês de dezembro. O número é considerado baixo e é visto como um indicativo ruim da atividade legislativa neste ano.

Interlocutores do governo reconhecem que empurrar a mudança da meta para o segundo semestre pode se transformar em um desafio "difícil". Mas o discurso atual é o de que ainda é prematuro debater se a flexibilização será de fato necessária.

De um lado, há receitas significativas que ainda são incertas, como os R\$ 34,5 bilhões esperados com a repactuação de contratos de ferrovias. Mas a aposta do Executivo é que a retomada de investimentos ajudará na reativação da economia após o segundo semestre de 2023 de estagnação. Se isso acontecer, poderia ajudar na arrecadação e reduzir eventual necessidade de contingenciar despesas ou mexer na meta.

Outra medida que pode colaborar é a criação de um limite para o uso de créditos judiciais pelas empresas no abatimento de tributos. Valores preliminares citados nos bastidores vão de R\$ 20 bilhões a R\$ 60 bilhões, mas os números ainda estão sendo refinados pela equipe técnica.

Por isso, o primeiro relatório bimestral, programado para 22 de março, é considerado como um importante sinalizador da tendência para os meses seguintes.